

PARECER Nº 434/2024

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo: 7.628/2024

Autora: Vereadora MAYSA LEÃO

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo que concede o Título Honorífico Ordem do Mérito Jornalista Político Jorge Bastos Moreno ao senhor Alex Rodrigues da Costa e Oliveira.

I - RELATÓRIO

O Título Honorífico Ordem do Mérito Jornalista Político Jorge Bastos Moreno está disciplinado pela **Resolução nº 020/2023**, sendo concedido aos jornalistas políticos, que dedicam seu trabalho ao cenário político, cuiabano e nacional.

Informa a autora da proposição que o homenageado formou em comunicação social, habilitação em jornalismo, pela Universidade Federal de Mato Grosso em 2012.

O agraciado graduou-se em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF em 2019. Pela mesma instituição, atuou como pesquisador em Mídia e fez o mestrado em Comunicação e Estudos de Mídia.

Entre os anos 2018 e 2019, foi monitor de reportagem do Jornal O Casarão, no município de Niterói-RJ. De 2021 a 2022, trabalhou como assessor de comunicação na Câmara Municipal de Niterói. Em 2022, em Cuiabá, atuou como jornalista da Rádio Mix FM e repórter político do Rd-News Site de Notícias. Em novembro do mesmo ano até maio de 2023, trabalhou como assistente de comunicação digital do Grupo SOMA, no município do Rio de Janeiro-RJ. Nesse mesmo ano foi assessor de imprensa do "Back2Black Festival", famoso festival do Rio de Janeiro, e da Lead Comunicação, agência situada no Rio de Janeiro. Atualmente é jornalista político e trabalha como assessor de imprensa na Câmara Municipal de Cuiabá.

É o relatório.

II - EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O Processo legislativo consiste num conjunto coordenado de atos que disciplina o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção das leis e atos normativos que derivam diretamente da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município.

Em âmbito municipal a competência legislativa cabe ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. Ao Prefeito cabe exercer tarefas específicas de atividade de administrador,



tendente a atuação concreta, devendo planejar, organizar e dirigir a gestão da coisa pública. Entrosando suas atividades específicas, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura realizam com independência e harmonia o governo local, segundo os princípios estabelecidos em nosso ordenamento jurídico.

Não resta dúvida a respeito da competência municipal para tratar do tema, que se insere no âmbito do interesse local, como preceitua o art. 30, I da Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal.

Os requisitos para concessão são o *curriculum vitae*, identidade do homenageado e as razões da premiação e os previstos no **§2º do artigo 1º da Resolução nº 002, de 15 de março de 2012**, que são: Idoneidade moral, Prestação de relevantes serviços ao Município, Biografia completa da pessoa que se deseja homenagear, cópia de RG/CPF ou CNH, certidão criminal de primeiro e segundo grau da Justiça Estadual e certidão criminal de primeiro e segundo grau da Justiça Federal.

O processo está acompanhado com as documentações exigidas e o homenageado atende aos requisitos disciplinados na Resolução, fazendo *jus* ao recebimento da honraria.

Ademais, não há dúvida sobre a competência municipal e a iniciativa parlamentar.

2. REGIMENTALIDADE.

Prevê o Regimento Interno desta Casa:

Art. 155. *A iniciativa dos Projetos de Lei cabe a qualquer Vereador, Mesa da Câmara, as Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos Cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa do Legislativo, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.*

Art. 177. *Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:*

(...);

IV – concessão de títulos honoríficos e honrarias;

(...).

Portanto, a matéria atende aos aspectos regimentais.

3. REDAÇÃO.

O projeto atende os requisitos de redação.

4. CONCLUSÃO.



A matéria atende aos requisitos constitucionais, regimentais, legais e de redação merecendo ser aprovado.

5. VOTO

Voto do relator pela aprovação da matéria.

Cuiabá-MT, 10 de abril de 2024



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 380031003500330035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Lilo Pinheiro (Câmara Digital)** em 11/04/2024 11:50

Checksum: **8CE7E7A71401F56CDB0F01AFC627E53387D1A19867348FBEA1DA622146E32A0C**

